

## **EMENTAS**

### **Acesso à Justiça e Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos**

Considerações gerais acerca dos conflitos de interesses. Estudo sobre a utilização de instrumentos públicos e privados de efetivação dos direitos da personalidade - *acesso à justiça (por meio da tutela jurisdicional)*, e os meios alternativos de solução de conflitos de interesses (conciliação, mediação, negociação e arbitragem) – como um direito e garantia fundamental, interpretando-os de forma reflexiva, crítica e com análise de características, classificação, procedimentos e questões sobre a temática.

### **Ações Constitucionais e Direitos da Personalidade**

Direitos humanos e evolução histórica. As transformações do Estado. Ativismo judicial. Controle difuso e concentrado de constitucionalidade. Instrumentos de proteção aos direitos da personalidade. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Ação civil pública. Ação popular. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade.

### **Bioética e Biodireito**

Estudo da Bioética e do Biodireito: aspectos interdisciplinares. Análise dos Princípios inerentes a Bioética e ao Biodireito. Os Direitos da personalidade frente as questões controvertidas da Bioética e do Biodireito. O Planejamento familiar, a reprodução assistida e a responsabilidade. A proteção da vida humana. O aborto. A eutanásia. O transexualismo. Os transplantes de órgãos e tecidos. A clonagem. A eugenia.

### **Direito à Educação como Direito da Personalidade**

Políticas públicas: evolução e conceito. Principais teorias estruturantes dos modelos de políticas públicas, seus atores e concepções de homem e personalidade. Análise de estudos sobre experiências e processos de promoção humana segundo modelos de análise escolhidos.

### **Direitos da Personalidade no Meio Ambiente do Trabalho**

Estudo dos direitos de personalidade do empregado, no meio ambiente de trabalho, considerando a função social do contrato de trabalho, em confronto com o poder diretivo do empregador, seus limites e abrangências. Dignidade do empregado no ambiente de trabalho. Assédio moral. Assédio sexual. Direito à vida e à integridade física do empregado. Direito à intimidade (revista, rastreamento de e-mails e sites, e filmagens no local de trabalho). Direito à imagem. Discriminação no ambiente de trabalho.

### **Fundamentos Constitucionais, Sócio-Jurídicos e Filosóficos da Família**

Aspectos históricos da evolução social jurídica do Direito de Família; Os fundamentos sócio-jurídicos e filosóficos da família. A reflexão filosófica e a subjetividade do Direito de família como dever moral. A evolução social e a axiologia no Direito de família; os elementos norteadores da evolução social e do Direito de Família. As obrigações do marido e mulher e dos conviventes; A Constitucionalização do Direito de Família; a) Novos rumos da família após a Constituição Federal de 1988; b) O Código Civil vigente; c) Repercussão do princípio da igualdade no Direito de família: direitos entre marido e mulher (análise da questão alimentar, filiação e administração da sociedade conjugal); As entidades familiares: a) União estável; Fases de evolução do concubinato no Brasil; a Lei 8.971/94, a Lei 9.278/96 e o Código Civil de 2002; b) As famílias monoparentais: terminologia; fatores determinantes da monoparentalidade; proteção aos idosos.

## **Fundamentos dos Direitos da Personalidade**

Estudos das teorias jusnaturalista dos direitos da personalidade. Análise da proteção juspublicista dos direitos da personalidade. Estabelecimento da dimensão relacional privada dos direitos da personalidade. Aprofundamento do estudo sobre personalidade jurídica, capacidades e direitos da personalidade. Determinação da abrangência temporal da proteção da personalidade humana: pré-natal, nascimento com vida e *post mortem*. Identificação dos limites de existência e validade dos direitos da personalidade. Confronto entre o direito geral da personalidade e espécies dos direitos da personalidade. Explicitação dos direitos à identidade, à privacidade, à intimidade e à imagem.

## **Liberdade Individual e Função Social dos Contratos**

Fundamentos da autonomia privada no direito positivo brasileiro e comparado. Boa fé, equidade e segurança jurídica nos negócios jurídicos. Adimplemento contratual como imperativo ético-jurídico. A interpretação dos negócios jurídicos e a integração das suas lacunas. Conflitos de normas e/ou princípios negociais e critérios para a sua solução. A função social nos contratos individuais e coletivos. Normas legais em branco e condições gerais de contratação. Construção decisional em matéria contratual.

## **Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano**

Relações entre Direito Ambiental e outros campos do conhecimento. Causas da degradação do meio ambiente e o surgimento de uma teia normativa a protegê-lo. A proteção jurídica do meio ambiente e sua condição para protegê-lo adequadamente. A necessidade de investimento em educação, consciência e atitudes socioambientalmente responsáveis.

## **Metodologia da Pesquisa**

O trabalho científico. Os instrumentos de investigação. A escolha do plano. A redação. O texto definitivo. Apresentação gráfica e sustentação da monografia.

## **Metodologia do Ensino Jurídico**

O direito educacional no Brasil. A legislação constitucional e infraconstitucional educacional brasileira. A importância do ensino jurídico para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. O ensino jurídico e a nova LDB (Lei nº 9394/96). A importância dos currículos jurídicos atualizados e voltados para o interesse regional onde se situam os cursos de Direito (Portaria nº 1886, de 30/12/94 do MEC). Métodos aplicáveis ao ensino jurídico. A didática, o programa, o plano de aula e avaliação em Direito. Ação da Ordem dos Advogados do Brasil, visando a melhoria da qualidade do ensino jurídico no Brasil. A importância da bibliografia básica e complementar no bom desempenho do ensino da disciplina de Direito.

## **Métodos Autocompositivos e Direitos da Personalidade**

Fundamentos e principais meios de solução de conflitos, em especial a arbitragem, conciliação, a mediação e a negociação. Análise dessas técnicas de solução de conflitos – arbitragem, conciliação, mediação e negociação – com enfoque para as relações envolvendo direitos da personalidade e direito de família. Disponibilidade e indisponibilidade dos interesses e direitos. Conflitos envolvendo os Direitos da personalidade e do Direito de Família: impossibilidade do uso de métodos autocompositivos. Hipótese de jurisdição necessária.

## **Normatividade Contemporânea e Dignidade da Pessoa Humana**

A Era dos Direitos. Norma e sua significação. A Ordem Jurídica. Normas morais como normas sociais. Normas jurídicas como objeto da ciência jurídica. O ato que estabelece a Norma – seu conteúdo e sua descrição. Validade e Conteúdo da norma. Objeto das Normas: A Conduta de pessoas. Conflito de Normas. Aplicação da Regra de Conclusão a Normas. A interpretação da Norma no mundo jurídico. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Funções dos Direitos Fundamentais. Limitações dos Direitos Fundamentais. A Dignidade da pessoa humana como norma (princípio e valor) fundamental na ordem jurídico-constitucional brasileira. A dignidade da pessoa, unidade axiológica e legitimidade da ordem jurídico-constitucional e do sistema dos direitos fundamentais. A dignidade como limite e tarefa do Estado, da comunidade e dos particulares. Proteção pela dignidade e o problema dos limites da dignidade. A dignidade como limite à restrição dos direitos fundamentais. A eficácia jurídica ideal dos princípios sobre a dignidade da pessoa humana: positiva ou simétrica. A limitação inerente às demais modalidades. Os direitos da personalidade em face do princípio da dignidade da pessoa humana. A tutela jurídica

decorrente da ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana – dano moral. A postura dos tribunais na modernidade em face da defesa da dignidade da pessoa humana.

### **Políticas Públicas de Promoção Humana**

Fases das políticas públicas e suas fases. Principais teorias estruturantes dos modelos de políticas públicas, seus atores e concepções de homem e personalidade. Estudos sobre experiências e processos de promoção humana segundo modelos de análise escolhidos.

### **Responsabilidade Civil nas Violações aos Direitos da Personalidade**

Questões históricas da responsabilidade civil. Sistemas da responsabilidade civil. Antijuridicidade – ato ilícito. O dano patrimonial e extrapatrimonial. Relação de causalidade entre o dano e o ato do agente. Fatores subjetivos e objetivos da imputabilidade. Direitos e garantias fundamentais da pessoa – princípio da dignidade e os direitos da personalidade. Proteção pela dignidade e o problema dos limites da dignidade. A eficácia dos direitos fundamentais da pessoa. A questão dos direitos indisponíveis. Os limites da ciência e o respeito à dignidade humana. As modificações das relações pessoais. O direito da mudança do estado sexual. A questão da responsabilidade, da procriação *in vitro*, guarda e destruição dos embriões humanos. A responsabilidade ética-profissional-científica.

### **Responsabilidade Penal nas Violações aos Direitos da Personalidade**

Fundamento e limites da responsabilidade penal. Direito Penal e Política Criminal: noções. Princípios do Direito Penal. Bem jurídico-penal: conceito e funções. A polêmica em torno à expansão do Direito Penal. Direito Penal e direitos da personalidade. Direito Penal e Constituição: dignidade humana, autonomia da vontade e liberdade de investigação. Direitos disponíveis e indisponíveis: a eficácia do consentimento e o paternalismo em matéria penal. A autocolocação da vítima em risco e a moderna teoria da imputação objetiva do resultado. Direito fundamental à vida: questões polêmicas. Aborto e eutanásia no Código Penal brasileiro. Proteção penal da integridade física: lesões corporais e violência doméstica. Crimes contra a honra e a nova criminalidade informática. Assédio moral, assédio sexual e a atipicidade dos danos à integridade moral. A problemática do consentimento nos delitos sexuais. Direito à intimidade genética e técnicas de manipulação do genoma humano. Direito Penal e responsabilidade deontológica: o consentimento informado e a Ética Médica.

### **Teoria Constitucional e Direitos da Personalidade**

Teorias Constitucionais. Constitucionalismo. Teoria do Poder Constituinte. Papel das Constituições. Teoria dos Direitos Fundamentais.

### **Teoria Geral e Filosofia do Direito**

Estudo do humanismo integral e a transdisciplinariedade. Análise ontológica do direito, com revisitação das fontes e sua imantação metafísica. O que é personalidade e o papel do direito na emancipação do homem. Conteúdo filosófico de dignidade humana. Conteúdo jurídico de dignidade humana. Estudo da vida enquanto objeto filosófico. Poiese e Direito. Afinidade conceitual entre dignidade humana e justiça. Abordagem da axiologia jurídica, com investigação das teorias da justiça, dos clássicos, liberais e comunitaristas. Enfrentamento da gnosiologia jurídica, partindo dos métodos racionais e a interpretação clássica do direito à dialética, nova retórica e tópica, na hermenêutica constitucional. Desenvolvimento da hermenêutica filosófica. Intuição e o direito. Metodologia exlética.

### **Tópicos Especiais**

A disciplina “Seminário de Tópicos Avançados” abordará temas atuais das linhas de pesquisa 1 (Os Direitos da Personalidade e seu alcance na contemporaneidade) e 2 (Instrumentos de efetivação dos direitos da personalidade) do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado.

### **Tutela dos Direitos da Personalidade na Jurisdição Internacional**

A construção histórica dos direitos humanos, o Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais. O sistema internacional de proteção aos direitos humanos e a proteção conferida pela Jurisdição

Internacional. Garantias processuais e os instrumentos de efetividade de direitos humanos no plano internacional. A proteção aos direitos da personalidade e os novos direitos. Estudo de Casos.

### **Tutela Jurisdicional dos Direitos da Personalidade**

Tutela jurisdicional das relações familiares. Relação do acesso à justiça com os institutos fundamentais do direito processual civil, como instrumentos e mecanismos jurídicos de efetivação dos direitos da personalidade. O estudo e a utilização das ações (individuais e coletivas), do processo, das tutelas de urgência (antecipada e cautelar) nas relações familiares, na efetivação dos direitos da personalidade. Legitimidade *ad causam*, da coisa julgada, da prova, da revelia e dos direitos de terceiros nas ações de investigação de paternidade, separação judicial, divórcio, busca e apreensão de criança e adolescente, alimentos e mudanças no registro, no que se refere ao nome e ao sexo.